
A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Conferência incluída no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN 95), proferida no Instituto da Defesa Nacional, na Delegação do Porto e em Lisboa, respectivamente, em 20 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1995.

Dário de Castro Alves

A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. O NASCIMENTO DE UMA IDEIA

A ideia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa surgiu de considerações de natureza linguística e histórico-cultural. Por considerações de natureza linguística entendem-se as referentes à importância e à valorização da língua portuguesa, isto é, à lusofonia. Para delimitar o espaço em que se fala o português, devemos percorrer os quatro continentes na companhia de populações as mais variadas, por vezes imensas, por vezes diminutas. Só nos sete países de expressão portuguesa somos hoje mais de duzentos milhões de pessoas. A esses se acrescentariam os imigrantes de fala portuguesa em diferentes recantos do mundo. De brasileiros no exterior, estima-se que haja hoje cerca de um milhão e meio vivendo, sobretudo, no Japão, Estados Unidos da América e em países da União Europeia. Calcula-se em mais de um milhão o número de imigrantes portugueses moçambicanos e angolanos que chegam à África do Sul e aos países circunvizinhos. A diáspora cabo-verdiana é mais numerosa do que a população do arquipélago. Facto expressivo, também, é a presença do idioma nos territórios asiáticos de Goa, Macau e Timor.

Segundo Benedicto Silva em *A Língua Portuguesa na Cultura Mundial*, sobre os dez idiomas mais utilizados no mundo, livro recentemente publicado sob a égide da Fundação Engenheiro António de Almeida, do Porto, e da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, o português é a sétima língua mais falada. Para a Academia francesa, os habitantes da Terra se exprimem em 2796 línguas distintas, à parte alguns milhares de dialectos, definidos estes como variações simplificadas de sons, sinais e símbolos escritos de determinada língua, em virtude de factores históricos, tradições, mudanças políticas e sociais, preceitos religiosos, etc. No quadro descrito por Benedicto Silva, o português é falado por 190 milhões de pessoas, em

meio a uma lista de dez línguas encabeçada pelo chinês, a que se seguem o inglês, o hindi, o espanhol, o russo e o árabe. Após o português enumera-se o francês, o bengali e o japonês, assim compondo-se a lista dos dez idiomas mais utilizados. O português é a terceira língua mais falada no Ocidente, depois do inglês e do espanhol.

O Doutor João Malaca Casteleiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em artigo publicado em recente número da revista *Cadernos Germano-Brasileiros*, de Bona, concebeu outro critério para a quantificação da importância do idioma: o número de países em que é falado e escrito, como língua materna ou como língua oficial. Por este critério, o inglês ocupa o primeiro lugar, já que se fala em 47 países; o francês, a segunda língua, em 26 países; o árabe, em terceira posição, em 21 países; o espanhol em quarto lugar, em 20 países; e, em quinto, o português, falado em dois países como língua materna e em mais cinco outros como língua oficial, em três continentes. Além do mais, o português é usado por populações espalhadas em outras partes do mundo, como já visto — França, Alemanha, Luxemburgo, Venezuela, Canadá, EUA, África do Sul, etc. O português é a décima língua mais falada nos EUA, pelo menos por 430 mil pessoas, numa lista em que está à frente o espanhol com mais de 17 milhões de falantes em virtude da grande migração de hispano-americanos para aquele país. Tendo os portugueses deixado a Malaca há cerca de 400 anos, até hoje se fala numa área de pescadores da Malásia um português arcaico, chamado *papiá cristão*, ou *crístang*, objecto hoje de estudos lexicais.

O primeiro idioma europeu a historicamente assumir o papel de língua de comunicação internacional foi o português, na explicação do Professor Casteleiro que cita o Professor sul-africano Marius Valkhoff, o qual lhe dá um sítio de relevo especial: «Antes que o francês se tornasse a língua mundial no século XVIII, e o inglês no século XIX, o português desempenhou este papel.» Na verdade, nos séculos XVI e XVII, e mesmo no século XVIII, «a língua de comunicação dos navegadores europeus com os naturais das regiões ribeirinhas de África e da Ásia foi o português», de que há abundantes testemunhos. Em 1527, ao tempo de D. João III, antes mesmo do início efectivo da colonização portuguesa no Brasil, e já implantada a presença lusitana nos arquipélagos, na costa africana e na Ásia, foi feito o primeiro censo, que estimou a população de Portugal em 1 220 000 habitantes. Em menos de cinco séculos, os falantes da língua portuguesa passaram a perto

de 200 milhões. A área de 92 000 km² em que se falava, como se fala, o idioma português cresceu para mais de 10 500 000 km², alcançando agora quase 8% das terras habitadas do mundo. O Professor Casteleiro observa que em termos globais o português é hoje falado, como língua materna ou como língua oficial, por 3,8% da população mundial.

Com a língua chega a antigas colónias portuguesas da América e da África toda uma matriz de cultura lusa que iria, no correr dos séculos, em contacto com o elemento local, criar civilizações variadas e perfeitamente individualizadas. Não deixariam tais civilizações, no entanto, de guardar os traços de origem, que se desdobrariam posteriormente em parencas e afinidades, a criar condições para o grande projecto que as aproximasse em definitivo.

A ideia de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasce, assim, da percepção desses elementos de união, entre os quais avulta, naturalmente, o suporte do idioma comum.

Pode-se considerar que a primeira instituição concebida dentro do espírito da Comunidade foi o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Em 1989, o Presidente do Brasil, José Sarney, reuniu, em São Luiz do Maranhão, a Primeira Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo do Brasil, Portugal e países africanos de língua oficial portuguesa, articulada pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, idealizador da entidade e então Ministro de Estado da Cultura do Governo brasileiro. O encontro aprovou o acto constitutivo do Instituto, em que são definidos os seus objectivos básicos:

- a) promover a defesa da língua portuguesa, no pressuposto de que se trata de património comum dos países e povos que a utilizam como língua nacional ou oficial;
- b) fomentar o enriquecimento e a difusão do idioma como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico;
- c) promover o desenvolvimento das relações culturais entre todos os países e povos que utilizam o português;
- d) encorajar a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio de especialistas nos campos da língua e da cultura;

- e) preservar e difundir o Acordo Ortográfico já assinado pelos sete, em curso de ratificação.

Aos condicionantes de natureza cultural e linguística vieram somar-se os derivados de uma mudança radical no plano das relações internacionais. A queda emblemática do Muro de Berlim assinala o fim da guerra fria e o início de estágio histórico em tudo distinto do anterior. O confronto entre duas ideologias cede lugar a uma dinâmica política extremamente rica, que estimula o aparecimento de novas configurações internacionais. De um mundo bipolar e fechado, afeito a formas autocráticas do poder, caracteristicamente maniqueísta em sua escala de valores, passa-se a um mundo em crise global de transição, muito mais aberto, tolerante e democrático.

No plano das instituições diplomáticas, essa nova fase no relacionamento internacional viria a contribuir para o aparecimento de organizações baseadas em estruturas simples e flexíveis, derivadas da reunião de países em torno da defesa de valores e interesses comuns e que aspiram a agir com eficácia, presteza e economia de meios. A Comunidade a ser criada se inscreveria, assim, num conjunto expressivo de entes internacionais que, no linguajar da moderna diplomacia, seriam definidos como coalizões de «geometria variável», ou seja, associações — abertas e não excludentes — entre países com objectivos afins, que começam a adquirir visibilidade cada vez maior no plano das relações internacionais contemporâneas. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), o Grupo do Rio, a Conferência Ibero-Americana, a Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC) seriam algumas dessas associações.

Nesse contexto viria ainda a CPLP a criar um *locus* de intersecção, um esquema de *interface* entre vários processos em curso de integração económica regional: Mercosul, União Europeia, a mencionada SADC e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. E há a ressaltar, também, como lembra o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América, Paulo Tarso Flecha de Lima, o papel reservado à Comunidade no levantamento de recursos junto a instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, em que se observa tendência a se conferir maior prioridade à concessão de projectos de cunho social do que aos de natureza económica.

Em Janeiro de 1993, o Embaixador José Aparecido de Oliveira foi designado Chefe da Missão diplomática brasileira em Portugal e, em Março

do mesmo ano, encaminhou ao Presidente Itamar Franco a proposta da Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Acabava de entrar em vigor (1.º de Janeiro de 1993) a União Europeia, nela tomando assento Portugal; a iniciativa brasileira como que lembrava ao país das Descobertas e da empresa colonizadora a dimensão atlântica de sua história.

O Presidente Itamar Franco aprovou a proposta e submeteu-a, por carta, a seus colegas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A partir de então, o Embaixador José Aparecido de Oliveira estabeleceu verdadeira cruzada em favor da criação da Comunidade. A essa causa tem-se dedicado com forte sentido de missão. Sua primeira iniciativa foi entregar pessoalmente a mensagem presidencial a cada destinatário. A proposta brasileira mereceu aprovação unânime dos Chefes de Estado e de Governo, bem como o interesse manifesto das altas autoridades governamentais e das altas personalidades com que se entrevistou o Embaixador José Aparecido de Oliveira.

2. REFLEXÃO E MOBILIZAÇÃO

Completada a fase inicial, com a entrega da carta do Presidente Itamar Franco a seus altos destinatários, iniciou-se um período de reflexão — sempre sob o patrocínio, orientação e estímulo do Embaixador José Aparecido de Oliveira — marcado por intensa mobilização, envolvendo aqueles sectores da sociedade mais capacitados a contribuir com ideias e conceitos para a iniciativa. Tal exercício se fez por meio da realização de mesas-redondas, publicação de artigos na imprensa e de entrevistas das principais autoridades e personalidades interessadas no processo. Inaugurou o processo a mesa-redonda promovida pelo *Jornal do Brasil* em sua sede no Rio de Janeiro, em Outubro de 1993, que reuniu, em torno do actual Embaixador do Brasil na UNESCO, Jerónimo Moscardo de Souza, então Ministro de Estado da Cultura, grupo de intelectuais, escritores, professores, jornalistas e diplomatas.

O encontro trabalhou sobre premissas básicas: uma delas, a do papel fundamental do idioma no relacionamento entre os povos no mundo de hoje, em que as fronteiras se estabelecem muito mais por afinidades culturais e históricas do que por espaços de cooperação entre os Sete, com base na

existência de valores culturais comuns. O Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, observou na mensagem que dirigiu à mesa:

«A sociedade brasileira e a dos países lusófonos estão cada vez mais cientes de que a irresistível colaboração entre aqueles países apresenta, nos níveis oficial e privado, uma extensa gama de possibilidades. Essa variedade inclui, entre outros, além da cooperação política, o intercâmbio nos campos cultural, económico, científico e técnico. É chegada a hora, portanto, de dar forma a este grande espaço de cooperação.»

O Ministro da Cultura realçou a importância da Comunidade para o fortalecimento das próprias raízes de cada país. E referiu-se à contribuição que ela poderia dar ao mundo no próximo século XXI, motivada por valores espirituais e éticos, diferentes daqueles derivados da filosofia calvinista de que tempo é dinheiro, que estão na base das sociedades industriais contemporâneas avançadas. As civilizações luso-afro-brasileiras teriam sabido preservar formas de convívio, fundamentadas na sensibilidade, que muito podem acrescentar ao novo homem do século XXI. O espaço da Comunidade é o espaço do convívio fraterno e generoso, em que a afirmação da afectividade, longe de ser manifestação de sentimentalismo piegas, é um acto de grandeza.

A situação do idioma português nos cinco países africanos também foi considerada, a partir do reconhecimento de que ele é o instrumento por excelência da integração nacional. Esse facto é que confere legitimidade à sua condição de língua oficial naqueles países. A mesa reflectiu um certo consenso quanto à percepção do empobrecimento que representaria para a política externa de cada um dos Sete o encolhimento do espaço de utilização da língua portuguesa na África.

A força e a fragilidade do idioma nos países africanos de expressão portuguesa foram assinaladas em várias intervenções. Os componentes de afirmação resultariam da presença secular da língua portuguesa como veículo de comunicação entre comunidades étnicas que, sem ela, estariam confinadas à profusão das línguas nacionais e dialectos locais, os quais, ainda que mais importantes para a problemática da identidade nacional — porquanto exprimem a cultura autóctone das diferentes etnias — não comunicam entre si; de sua condição de instrumento formador dessa mesma identidade, como revelam as vigorosas literaturas que ali estão sendo escritas em

português; do papel de fulcro de resistência à influência (quando excessiva) da parte dos vizinhos anglófonos e francófonos.

A fragilidade decorreria dos baixos níveis de alfabetização e escolaridade existentes nesses países (facto que também se observa com respeito a expressiva parcela da população brasileira), que fazem com que apenas uma proporção bastante reduzida da população daqueles países utilize a língua portuguesa. Há que considerar ainda o já mencionado risco, sensível sobretudo em Moçambique e na Guiné-Bissau, de absorção no mundo de fala inglesa e francesa. Ambos os países estão circundados por vizinhos anglófonos e francófonos, com economias mais desenvolvidas e com os quais é natural que cada vez mais estreitem seu relacionamento e com eles cooperem — o que, alguns temem, pode contribuir para a diminuição da margem de utilização social do idioma, para a redução de sua demanda prática.

A segunda mesa-redonda sobre a Comunidade foi realizada em Lisboa, em Dezembro de 1993, por iniciativa do *Jornal de Letras*. O acto de abertura constituiu facto político particularmente expressivo. Inauguraram-na o Ministro Celso Amorim — cuja visita a Portugal, naquele mês, foi a primeira que fez, em sua gestão à frente do Itamaraty, a um país europeu — e o Doutor José Manuel Durão Barroso, Ministro dos Estrangeiros de Portugal. Em seu discurso, o Ministro Celso Amorim definiu a tarefa a executar: «Dar forma institucional a uma realidade que faz parte do nosso quotidiano, impulsionando-a com o nosso timbre oficial. Antes de nós, comprovando a interacção natural entre nossos povos, diversos sectores de nossas sociedades já haviam estabelecido canais próprios de cooperação.»

Pode-se dizer que a Comunidade já existia informalmente, fruto do relacionamento natural que se estabelece entre os Sete. Trata-se agora de institucionalizá-la, de modo a dotá-la de estruturas que possam permitir explorar melhor as potencialidades que oferece.

O Chanceler brasileiro sugeriu a criação de um sistema de direcção para a CPLP: Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, precedidas de reunião de um Conselho Permanente integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Sete, com a realização paralela de encontros sectoriais em nível ministerial ou técnico. No plano da concertação política, propôs que se instituisse o Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa, cujo carácter seria essencialmente político. «Sua bandeira, a celebração da democracia e sua herança, a história comum e as afinidades

que nos unem». Na esfera da cultura recomendou a activação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a criação da Universidade dos Sete. Referiu-se, ainda, à cooperação nas áreas económica, científica e tecnológica.

Por fim, o Chanceler brasileiro estendeu convite aos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe para que se reunissem em Brasília, em Fevereiro de 1994, com o objectivo de deliberar sobre a convocação da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Sete, que institucionalizaria a Comunidade.

Em seu discurso, proferido de improviso, o Ministro Durão Barroso reiterou o apoio do Governo português à proposta de criação da CPLP. Mencionou a necessidade de que se desse corpo e forma ao projecto, com a audiência de todos e a cautela necessária para que se evitassem erros que pudessem comprometer a iniciativa que qualificou de grandiosa. Observou que Brasil e Portugal já participam da comunidade ibero-americana — com relação ao que a comunidade afro-luso-brasileira está em atraso, por não ter sido ainda constituída a CPLP. Concluiu sublinhando a necessidade da institucionalização, que viu não como um fim em si, mas como um meio a serviço de um projecto cujo alvo é dar maior consistência à acção interna e externa dos Sete.

Com respeito à dimensão externa, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros observou que Portugal vale mais quando se apresenta na União Europeia com a «cumplicidade» dos países de língua portuguesa, e que «os outros seis países lusófonos ganham também com isso algum valor acrescentado».

A terceira mesa-redonda realizou-se em Janeiro de 1994, em Luanda; a quarta, na cidade de Praia, em Cabo Verde, em Junho do ano passado; e a quinta, em Brasília, em Outubro.

Em todas essas mesas-redondas prosseguiu-se no debate aberto de todos os aspectos de interesse público da CPLP: políticos, económicos, sociais, culturais. A imprensa se fez eco desses debates e foram não poucos os diplomatas, escritores, estudiosos, professores, jornalistas, comunicadores que veicularam opiniões sobre o assunto na *midia* dos países lusófonos. O escritor e jornalista brasileiro Alan Viggiano editou em Novembro de 1994 um livro de mais de 300 páginas que constituiu a mais completa colectânea

de informações sobre a CPLP — nascimento e evolução da ideia, súmulas de actas das cinco mesas-redondas a que acima foi feita alusão, transcrição de artigos, comentários e documentação sobre a língua portuguesa, actos de relevo para a formação da CPLP. Cobre essa obra o período de dois anos — 1993 e 1994 — em que se trabalhou exaustivamente, sob a dinâmica e criativa orientação do Embaixador José Aparecido de Oliveira com vistas à concretização do projecto da CPLP.

3. ESTADO DO ASSUNTO EM FINS DE 1994

Em 10 de Fevereiro de 1994 se haviam reunido em Brasília, em decorrência de entendimentos diplomáticos que se intensificaram a partir de Dezembro de 1993 em Lisboa, os sete Ministros das Relações Exteriores. No género foi uma reunião pioneira. Foi acordado que os representantes dos Sete se empenhariam para que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se constituísse em instrumento de concertação política e de cooperação nas áreas social, cultural e económica, «com base na mais absoluta solidariedade e respeitadas as singularidades nacionais». Decidiram recomendar aos respectivos Governos que envidassem todos os esforços para ver implantado no mais curto prazo o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Outros pontos que foram matéria de decisão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos sete países:

- 1) ainda no primeiro semestre de 1994 deveria realizar-se a cimeira destinada a adoptar o Acto Constitutivo da CPLP;
- 2) cooperação interparlamentar;
- 3) cooperação económica e comercial;
- 4) cooperação universitária e futura criação da Universidade dos Sete;
- 5) promoção do livro;
- 6) paz em Angola;
- 7) paz em Moçambique;
- 8) Timor Leste;
- 9) constituição de um grupo de trabalho de concertação permanente, no quadro da preparação da cimeira, a ser integrado pelos Embaixadores dos seis países acreditados junto ao Governo português e por

um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Das deliberações da reunião de Brasília advieram constantes encontros na capital portuguesa, sob a coordenação do Director-Geral de Política Externa do Palácio das Necessidades, após o que ficou assentada a data de 28 de Junho de 1994 para a Cimeira dos sete países da língua portuguesa. Em sucessivas reuniões houve acordo preliminar quanto a uma minuta de Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, texto que naturalmente se filtrou, tendo sido publicado com maior ou menor precisão em alguns órgãos da imprensa. O referido livro de Alan Viggiano o transcreve. Todos os grandes objectivos da Comunidade foram reiterados. Optou-se pela adopção de uma estrutura leve, que não ficou a depender de tratado formal, à base de um mecanismo de concertação cujas linhas mestras são, em essência, as que se seguem:

- 1) a CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação e cooperação entre os seus membros;
- 2) concertação e cooperação nos domínios social, cultural e económico com base no uso do idioma comum, no respeito pelas suas identidades nacionais e na igualdade soberana dos seus membros;
- 3) reforço da presença dos seus membros nos foros internacionais através de mecanismos próprios de concertação político-diplomática;
- 4) são órgãos da CPLP:
 - a) Cimeira de Chefes de Estado e de Governos, a ocorrer a cada dois anos com presidência rotativa;
 - b) Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, a reunir-se uma vez por ano;
 - c) Conselho de Concertação Permanente, sob orientação do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros;
 - d) Secretariado Executivo, nomeado pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros por proposta do Conselho de Concertação Permanente.

Os dois últimos órgãos, em sua fase inicial, teriam sede em Lisboa.

Na antevéspera de sua realização, a Cimeira foi adiada. O assunto é do conhecimento público e foi enorme a frustração causada pelo cancelamento, a par da surpresa com que foi conhecido o anúncio, na tarde de 24 de Junho, quando era previsto reunirem-se no dia 27 os Ministros dos Estrangeiros, em antecipação à própria Cimeira no dia 28. O facto preocupou os responsáveis pelos esforços no sentido de verem institucionalizada a CPLP, cujos actos, como foi dito, estavam virtualmente prontos, com ampla base de acordo. Mas não houve esmorecimento. Pouco tempo depois se trabalhava em torno de nova data, 29 de Novembro, mas os factos, em 23 de Novembro, trouxeram nova frustração com o cancelamento da Cimeira. Circunstâncias políticas que então prevaleciam não permitiram a pronta rearticulação de planos para fixar nova data.

Os acontecimentos de Junho e de Novembro causaram sem dúvida frustração mas não fizeram diminuir o ânimo dos que lutam por ver concretizado esse grande ideal. É uma ideia forte que haverá de transformar-se em realidade. O Embaixador José Aparecido de Oliveira continua a firmemente acreditar na institucionalização da Comunidade e, embora deixando suas funções até fins de Fevereiro, como tem dito, sei que ele continuará a lutar pelo ideal. O actual Ministro das Relações do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, antecessor do Embaixador José Aparecido de Oliveira na Embaixada em Lisboa, ao recentemente alistar os foros políticos e económicos de consulta e concertação de que o Brasil faz parte ou tem interesse de integrar, mencionou o Grupo do Rio, a OCDE, o Grupo dos 15, a Conferência Ibero-Americana e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em dois outros pontos de seu discurso de posse, o Embaixador Lampreia se referiu à CPLP, que qualificou de «iniciativa diplomática inovadora», ressaltando que foi «idealizada e conduzida, com ardor cívico, pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira». Há, no presente, como que um reagrupamento de forças. O ex-Presidente Itamar Franco está convidado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para ser o novo Embaixador do Brasil em Portugal. O actual Presidente do Brasil era Ministro das Relações Exteriores quando o então Presidente Itamar Franco, sob inspiração do Embaixador José Aparecido de Oliveira; lançou a iniciativa de negociar e articular a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O ex-Presidente Itamar Franco não anunciou ainda sua decisão quanto a aceitar a Embaixada em Lisboa. O novo Governo brasileiro já completará

três semanas de existência e cabe esperar definições específicas da sua política exterior em vários campos e sectores.

Há uma semana apenas, o Presidente Mário Soares, ao receber para cumprimentos de Ano Novo o Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, disse estas palavras que cito textualmente:

«Por outro lado, razões que nos são alheias impediram a realização da reunião que em Lisboa deveria constituir, formalmente, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Como tive a oportunidade de dizer recentemente aos portugueses, na mensagem de Ano Novo, acredito que essa Comunidade é um projecto imparável de incontestáveis vantagens para todos os países de fala portuguesa e, por isso, nele deposito as maiores esperanças.»

Dário de Castro Alves

**ANEXO
CPLP 1994**

<i>Pais</i>	<i>Superfície</i>	<i>População</i>	<i>Comércio Exterior em US\$</i>	<i>PIB</i>	<i>R. Per Capita em US\$</i>
Angola	1 246 000 km ²	9 000 000 hab.	4,7 mil milhões	8,3 mil milhões	950
Brasil	8 500 000 km ²	150 000 000 hab.	60 mil milhões	400 mil milhões	2 540
Cabo Verde	4 033 km ²	396 000 hab.	120 milhões	310 milhões	800
Guiné-Bissau	245 000 km ²	1 075 000 hab.	85 milhões	154 milhões	160
Moçambique	799 000 km ²	15 500 000 hab.	1 mil milhões	1,7 mil milhões	120
Portugal	92 000 km ²	10 500 000 hab.	48 mil milhões	87 mil milhões	8 400
S. Tomé e Príncipe	964 km ²	132 000 hab.	26 milhões	46 milhões	384

UNIÃO EUROPEIA 1994

Alemanha	356 000 km ²	80 400 000 hab.	825 mil milhões	1 330 mil milhões	15 000
Irlanda	70 200 km ²	3 620 000 hab.	52 mil milhões	39,2 mil milhões	11 200
Portugal	92 000 km ²	10 500 000 hab.	48 mil milhões	87 mil milhões	8 400